Dona Dilma. Pelo contrário. Fui o único deputado desta Casa a defender o meu amigo José Dirceu. Não tenho medo não. Vim aqui defender a pessoa que respeito e acho foi condenada injustamente. Fui o único deputado a defender o deputado João Paulo Cunha, meu amigo - de metalúrgico cursou a faculdade de Direito e se formou advogado - que apenas pediu para sua esposa ir a um banco receber uma quantia. Se fosse ilícito, ele não mandaria a própria esposa.

Não vi os deputados do PT virem à tribuna defender ninguém.

Por que eu?

Vocês acham que eu concordo com a condução coercitiva do Lula da forma como foi feito? Ele não tinha sido intimado.

Sou contra.

Vocês acham que eu concordo que o Supremo Tribunal Federal se silencie e não decida sobre prisão em segunda instância. E a ministra Cármen Lúcia não paute a pena para prejudicar o Lula. Vossa Excelência acha que concordo com isso? O Art. 5º da Constituição está sendo rasgado. Todo cidadão tem direito de o seu caso ser apreciado até o último grau. Só depois de transitado em julgado alguém é condenado. Assim é a lei.

Eu me encontrei ontem com o ministro Gilmar Mendes. Ele me cumprimentou por essa posição que eu mandei, através de uma moção. Não é justo que alguém seja preso, quando lá no Supremo Tribunal Federal está uma decisão que vai se tornar histórica. A última, há um ano e meio, foram seis votos a cinco, pela prisão em segunda instância. Agora o placar é o contrário: seis contra a prisão em segunda instância, e cinco. E por que não julgam? Até prender o Lula? Por quê?

Vejam quem está falando. Por que prender o Lula? Para soltar daqui a dez dias? Para criar um anticlima social? Não é possível, deputado Zico. Não é só aqui que eu falo isso, não. Eu falei isso numa cidade que V. Exa. conhece muito bem, Guapiara, na sexta-feira à noite, no Vale do Paraíba. O que eu estou falando aqui eu disse lá, e repito aqui. Não se pode prender ninguém antes de transitar em julgado, antes de todos os recursos oferecidos serem julgados.

Termino dizendo que, infelizmente, o deputado Alencar Santana não está aqui, para que me dissesse qual é o crime que tem alguém abrir uma empresa. Qual o crime? Deputado Alencar Santana, não sei onde V. Exa. está, mas me responda, por favor, qual o crime em abrir uma empresa, seja em que lugar for? O deputado Enio Tatto, que é "Enio Santana", por favor, responda, deputado "Alencar Tatto", o que V. Exas. acham dessa posição que eu acabei de colocar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Deputado Campos Machado, eu também utilizei esta tribuna já outras vezes, para dizer das decisões equivocadas da Justiça, inclusive em relação a membros de outros partidos. Falei, diversas vezes, aqui da tribuna. Condenei não só as decisões equivocadas e injustas, e de perseguição contra o PT, mas também disse, em outras ocasiões, sobre representantes políticos de outros partidos.

Mas nunca disse que não deveria ser investigado. Nunca disse que a conduta não deveria ser apurada.

Deputado Campos, aquilo que envolve o Paulo Preto, o crime que ele cometeu, se cometeu, tem que ser apurado pela Justiça. Tem que ser provado pela Justiça. E se provado, ele tem que ser condenado. Não acho que ele tenha que ser preso preventivamente, ou mesmo de forma temporária, pelas condutas do passado.

Não concordo com esse método - prende temporariamente, que acaba ficando quase eternamente, para ver se alguém fala alto. Isso é tortura. Porém, o Sr. Paulo Preto praticou um crime em flagrante delito. Depois que começou o inquérito, foram descobertos 113 milhões, depositados na Suíça, e ele transfere esse dinheiro para outro país. O que ele está fazendo naquele momento? Ocultação do patrimônio e obstrução à investigação judicial.

Ali caberia o flagrante delito. Ali caberia, naquele momento. Sobre as condutas passadas, temos que apurar. Mas o que não podemos, é deixar de cumprir o nosso papel, de investigar, de apurar, de saber a verdade. É o delator que está falando a verdade, ou é quem está respondendo via jornal? O que não pode é ficar essa dúvida, porque desde 2010 a bancada do Partido dos Trabalhadores denunciou. Aliás, foi motivo de debate durante a campanha eleitoral, e houve representação à Justiça. Mas, parece que a Justiça brasileira, em especial a de São Paulo, não tem interesse àquilo que afeta o PSDB.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlão Pignatari.

* * *

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero aqui fazer duas colocações. O deputado Alencar Santana Braga, com todo o respeito, não é criminalista e não houve flagrante delito; não existe flagrante delito no caso. Em segundo lugar, eu não sei quem é Paulo Preto. Em terceiro lugar, é curioso o seguinte: os delatores deles são falsos, os delatores do lado de cá são verdadeiros. É curioso porque nenhum delator que fez delação contra o presidente, contra os outros é bandido, é verdadeiro, os que delataram agora são corretos. Sabe deputado, qual a imagem que eu tenho de delator? Veja que não tem nenhum delator pobre. Todo delator cuidou da própria vida, e os políticos são responsáveis por todos os crimes praticados em 80% das delações dos senhores delatores que, para fugir da responsabilidade, denunciam os outros.

Vossa Excelência acha que eu acredito em tudo que fala o José Dirceu? Acha que eu acredito nessa tal teoria de domínio do fato, que ele é responsável por aquilo que acontece lá no fundo do porão de um prédio de dez andares? Isso é impossível!

Portanto, eu reitero aqui, indique-me qual é o crime que a filha do governador Geraldo Alckmin cometeu ao abrir uma empresa? Indique qual foi o crime que o filho do governador Geraldo Alckmin, Thomas, que já faleceu, cometeu?

Deputado Carlão Pignatari, olha a discriminação: enquanto fala o nobre deputado Alencar Santana Braga, é o silêncio dos deuses, quando eu ocupo o microfone, há essa manifestação grosseira. Portanto, Sr. Presidente, agradeço ao deputado "Enio Santana", pela gentileza de me conceder esse aparte.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Sr. Presidente, indico o nobre deputado Enio Tatto para encaminhar pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para encaminhar pela Minoria, tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT – SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Carlão Pignatari, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, público que nos assiste, nossos amigos da Apeoesp, estão presentes muitos jovens. Gostaria de cumprimentar a todos que estão aqui presentes. Primeiramente, quero aqui fazer um registro: é impressionante a diferença quando tem gente do povo nas galerias e quando tem outro tipo de categoria; a reação é totalmente diferente. Quando tem reivindicações da população, no caso do Magistério agora, quando tem gente do povo, o papo é o seguinte: ou fica em silêncio, ou nós pedimos para a polícia evacuar as galerias, tirar todo mundo aqui de dentro. E aí há as provocações, como as do nosso querido deputado "Campos Alckmin Machado", que vem à tribuna, provoca a galeria e não quer que tenha reação.

Portanto, deputado Campos Machado, V. Exa. precisa tomar cuidado. Vossa Excelência está acostumado a falar aqui e ser aplaudido de pé pelos nossos companheiros - que nós concordamos também - que querem aprovar a PEC nº 05. Agora, fica provocando o pessoal da Saúde, da Educação, da Segurança Pública e tantas outras categorias que estão aqui reivindicando o aumento dessa migalha de reajuste que o Governo do Estado está dando. (Manifestação nas galerias.) Mas isso é questão de lado. Nós vamos continuar defendendo essa população, essas categorias, assim como defendemos também aumento para todos os servidores do estado de São Paulo.

Mas, falando sobre o projeto, o Governo do Estado consegue criar confusão proposital. Ele manda um único projeto, que é o PLC nº 1/18, dando três tipos de reajuste para o funcionalismo público. Dá 7% para os professores, 4% para a Polícia Civil - Segurança - e 3,5 para os demais servidores, sendo que deixa o pessoal das fundações fora. É óbvio que vai criar confusão. Por quê? Porque cria um impasse. Nós, deputados e o líder da bancada do PT, o deputado Alencar Santana, o líder da Minoria, deputada Márcia Lia, somos visitados o tempo todo pelas categorias. Quem está com 3,5%, quer, pelo menos, chegar aos sete. Quem está com 4%, quer pelo menos os sete. E quem está com 7%, quer mais, porque isso não cobre nem a inflação. E aí fica esse impasse. (Manifestação nas galerias.) Tanto é verdade que a bancada do Partido dos Trabalhadores, conversando com as categorias, conversando com o sindicato, com as representações, fez emendas para todas as áreas, colocando um reajuste mais digno, mais decente, não essa porcaria que o governador Geraldo Alckmin mandou para cá.

E aí verifico aqui que não só a bancada do PT, mas também, como é de costume, o PSOL, o PCdoB, e até os deputados da base do governo fizeram emendas melhorando. Não sei se é para fazer média, mas por quê? Porque entendem que é possível dar um aumento maior. A Secretaria da Fazenda já fez levantamento e colocou para todos os deputados que há dinheiro para melhorar isso aqui. Só não faz porque o governador Geraldo Alckmin, do PSDB, tem esse costume de não gostar do funcionalismo público, assim como não gosta do povo da periferia, o povo mais pobre do estado de São Paulo. Isso é uma realidade, uma verdade. Então, estamos nesse impasse, e acho que hoje tem que ser votado. Por quê? Porque quem vai ganhar 7%, entre nada e 7, prefere os sete. Até quem ganha os 4 por cento. Mas é uma injustiça enorme. Por isso há as emendas, e por isso há esse período de negociação, de pressão. Se os deputados da base, partidos diferentes, fizeram emendas melhorando esse reajuste, que se aprove aqui no plenário. Mas não é só para falar para a galera, não. Coloquem essas emendas para serem votadas, e vamos ver como vai votar cada deputado. Tenho certeza de que o PCdoB, o PSOL e o PT vão votar pelo reajuste. Agora, tenho uma dúvida enorme como vão votar os deputados da base que fizeram emendas, se foi só para inglês ver, para fazer média, porque a orientação do governador Geraldo Alckmin é de não mexer no projeto, de não melhorá-lo, de não contemplar quem está fora. E por isso estão enrolando. E aí vem essa questão que o deputado Alencar Santana colocou, que já é uma briga do que vai acontecer na Assembleia Legislativa depois do dia 7 de abril. Aqui já temos duas bases: a base do Márcio França e a do governador Geraldo Alckmin. Essa é a realidade. Há muita gente que fica pedindo, e com razão, para votarmos hoje, e acho que vamos, mas esse período foi de conversar, de tentar melhorar, de fazer que todos chegassem aos 7 por cento. Mas dá para perceber que a base do governo apresenta emenda, mas não é para valer. É para simplesmente fazer média com o funcionalismo público. Se todos se unissem, seria só colocar as emendas e aprová-las. A grande maioria apresentou emenda. Mas há uma vozinha que vem lá do Palácio dos Bandeirantes, do governador Geraldo Alckmin, e fala: "Apresente a emenda, mas essas emendas vão ser derrotadas, vai ser aprovado o projeto seco, só com 7%, os 4% e os 3 e meio por cento." Infelizmente é isso que acontece.

Por último, eu queria entrar nessa discussão - o deputado Campos Machado colocou aqui - do tal de cunhado. Aquele cunhado, que o governador Geraldo Alckmin pegou um bilhetinho, um cartão, entregou para um empresário, um lobista, e falou o seguinte: "Não trata comigo não. O senhor trata com o meu cunhado." Aí o cara levou dois milhões no apartamento do cunhado.

É aquele cunhado que recebeu dez milhões de outro empresário. Esse cunhado, quando se fala das empresas dos filhos do governador, é um cunhado muito bom, porque ele pegou salas do prédio dele - que é dele - e deixou os filhos do Alckmin abrirem as empresas lá na sala. O deputado Campos Machado vem aqui! Deveria ser um cara do PSDB para vir aqui, defender. Ele vem defender, que não tem nada a ver, que cunhado não é parente, aquelas coisaradas todas.

Assim como o Aécio, que pegou dois bilhões do pessoal dos Batista, que viu uma mala de dinheiro chegando para entregar para ele - para o pessoal dele - e até falou: "Esse delator aí... A gente manda um cara buscar, mas um cara que a gente mata antes de ele delatar." Esse é o Aécio Neves.

Resumindo: a Lava Jato está fazendo quatro anos. Até agora não teve um tucano preso. Será que são todos bonzinhos? Descobriram uma conta do Paulo Preto - do homem do Rodoanel, do homem do trem, da CPTM, do Metrô - de 113 milhões na conta no exterior. E esse cara, não apuram nada. O Serra, o cara fala que entregou 30 milhões para ele. De repente, está sendo arquivado lá em Brasília, por decurso de prazo. Não deu tempo de apurar. E assim por diante!

Aqui em São Paulo - falo o tempo todo aqui, nada contra a instituição, mas quem está com o processo na mão - não vemos vontade, agilidade, do Ministério Público e da Justiça daqui de São Paulo quando se trata de tucano. Mas com o Lula é uma rapidez enorme. Com o Lula, passa na frente de tudo. Coloca em pauta até no recesso.

Por quê? Porque é verdade. Eles querem ver o Lula preso. Eles não conseguem engolir que, durante tanto tempo, levando cacete dia e noite, o Lula está com 40% das pesquisas. (Palmas.)

Essa é a grande verdade. Portanto, senhoras e senhores, gostaríamos de esclarecer e colocar, como o nosso líder colocou, que a bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar "sim" ao projeto, porque é hábito, é de costume, é de princípio. Toda vez que vem um projeto para dar aumento a servidores públicos, votamos favorável. O que lutamos, é para melhorar o aumento. É isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 2, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias, na forma que especifica. Com 4 emendas. Parecer nº 88, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto e contrário às emendas.

Para falar a favor...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por um minuto.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Alencar Santana Braga e suspende a sessão por um minuto.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 17 horas e 18 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 20 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para falar a favor, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado. (Ausente.). Para falar contra, tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura. (Ausente.).

Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, salvo emendas. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, declaro voto favorável às emendas do PT.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É regimental. Em votação as emendas nºs 1 a 4, com parecer contrário. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, quero manifestar apoio à emenda nº 1, que apresentamos, e às emendas do PT.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É regimental.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Reafirmo os votos favoráveis às emendas do PT e às do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O líder do PT e o deputado Carlos Giannazi reafirmaram votos favoráveis às emendas do PT e às do PSOL.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, o PCdoB vota favorável às emendas do PT e às emendas do PSOL.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, para se efetuar o Congresso de Comissões para tornar possível a votação do PLC nº 1, solicito a suspensão dos presentes trabalhos até as 17 horas e 50 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Barros Munhoz e suspende a sessão até as 17 horas e 50 minutos.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 17 horas e 22 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 57 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para a sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: PLC nº1/18.

O SR. JUNIOR APRILLANTI - PSB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência adita à Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã o PLC nº 1/18, que tramita em regime de urgência.

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje e o aditamento ora anunciado, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se às 19 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 59 minutos.

* * *

13 DE MARÇO DE 2018
9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PLC 1/18, com emendas e mensagem aditiva.
2 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, propõe a seus pares a votação célere da propositura.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Lembra que para ingressar na votação da matéria, os deputados inscritos têm que abdicar do direito de discussão.
4 - MÁRCIA LIA
Discute o PLC 1/18.
5 - JOSÉ ZICO PRADO
Discute o PLC 1/18.
6 - MARCO VINHOLI
Para comunicação, pontua que, após articulações políticas do deputado Roberto Engler, o Governo decidiu ampliar para sete por cento o aumento salarial de servidores do Centro Paula Souza.
7 - DELEGADO OLIM
Discute o PLC 1/18.
8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão do PLC 1/18. Coloca em votação requerimento de método de votação ao PLC 1/18.
9 - TEONILIO BARBA
Encaminha a votação do requerimento de método ao PLC 1/18, em nome da Minoria.
10 - RAUL MARCELO
Encaminha a votação do requerimento de método ao PLC 1/18, em nome do PSOL.
11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método ao PLC 1/18. Coloca em votação o PLC 1/18, salvo emendas e mensagem aditiva.
12 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do PLC 1/18, salvo emendas e mensagem aditiva, em nome do PSOL.
13 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Encaminha a votação do PLC 1/18, salvo emendas e mensagem aditiva, em nome do PT.
14 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação e declara aprovado o PLC 1/18, salvo emendas e mensagem aditiva. Coloca em votação e declara aprovada a Mensagem Aditiva 63/18. Coloca em votação as emendas nºs 1 a 18 e 20 a 41.
15 - BARROS MUNHOZ
Encaminha a votação das emendas nºs 1 a 18 e 20 a 41, em nome do Governo.
16 - ED THOMAS
Para comunicação, declara voto favorável às emendas. Considera injusto que agentes de Segurança e servidores das fundações estaduais não tenham sido contemplados pelo projeto.
17 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Encaminha a votação das emendas nºs 1 a 18 e 20 a 41, em nome do PT.
18 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas nºs 1 a 18 e 20 a 41.
19 - CARLOS GIANNAZI
Declara voto favorável às emendas apresentadas ao PLC 1/18, em nome do PSOL.
20 - RAUL MARCELO
Declara voto favorável às emendas apresentadas ao PLC 1/18, em nome do PSOL.
21 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Declara voto favorável às emendas apresentadas ao PLC 1/18, em nome do PT.
22 - ED THOMAS
Declara voto favorável às emendas apresentadas ao PLC 1/18, em nome do PSB.
23 - EDSON GIRIBONI
Declara voto favorável às emendas apresentadas ao PLC 1/18, em nome do PV.
24 - LECI BRANDÃO
Declara voto favorável às emendas apresentadas ao PLC 1/18, em nome do PCdoB.
25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Registra as manifestações. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, hoje, cinco minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência

Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre os vencimentos e salários dos servidores pertencentes às classes das áreas da saúde, educação, segurança pública, administração penitenciária, pesquisa científica e área meio das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e Autarquias. Com 41 emendas e Mensagem aditiva do Sr. Governador propondo alterações. Retirada a emenda nº 19. Parecer nº 254, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto, à Mensagem aditiva e contrário às emendas.

Tem a palavra, para discutir a favor, a nobre deputada Márcia Lia.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de propor um acordo. Como há consenso em torno da votação do projeto, e em respeito aos servidores que estão aqui há muito tempo na Assembleia Legislativa, gostaria de propor que nós pudéssemos, na verdade, só encaminhar, para que não houvesse discussão, até porque nós já debatemos exaustivamente o projeto. Há consenso, e em consideração às pessoas que estão aqui desde as 10 horas da manhã.

Nós, do PSOL, não vamos discutir, somente encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Giannazi, só existe uma possibilidade de conseguir esse acordo. Se aqueles que se inscreverem retirarem as suas inscrições, daríamos por encerrada a discussão do projeto, e aí, sim, os partidos poderiam fazer o encaminhamento antes da votação.

Mas temos uma oradora na tribuna, e ela tem a palavra.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos. O projeto de lei que discutimos no dia de hoje e que votaremos favoravelmente a ele dispõe sobre os salários dos servidores, mas é importante que debatamos esse projeto de lei e peço que as pessoas que aqui se encontram, que possamo9s explicar para vocês porque que é que nós temos que discutir, porque ele é um projeto de lei extremamente injusto. Ele diferencia o reajuste para as categorias e não atendem ao princípio da isonomia. Por quê? Porque esse projeto de lei estabelece reajuste de três e meio porcento, de quatro porcento e de sete porcento. Para os policiais da Polícia Civil e Polícia Militar, três e meio e quatro porcento, e para os professores da Educação Básica I, da Educação Básica II, do quadro de Magistério e também da Paula Souza, sete porcento. Mas, para os outros servidores da Educação será de três e meio porcento, o que não é justo, porque há uma defasagem muito grande em todas as categorias, em todos os servidores do estado de São Paulo, quer seja da Segurança Pública, da Educação, da Saúde, dos pesquisadores científicos, dos agentes penitenciários, do Itesp, do Ipes. Enfim, são várias categorias de servidores que têm reajustes diferenciados por conta desse projeto de lei, e também perdas salariais acumuladas. Algumas categorias chegam a acumular quase 60% de perda do seu poder aquisitivo. É um absurdo o que está acontecendo com os servidores do estado de São Paulo.

Precisamos falar isso porque as pessoas precisam entender, de fato, o que está acontecendo com os salários dos nossos servidores, com a falta de motivação que isso traz para as pessoas. Digo isso porque as pessoas têm que pagar a sua conta de luz mais cara, a sua conta de água mais cara, o seu telefone mais caro, o seu supermercado mais caro, a mensalidade do plano de Saúde - para quem consegue ter plano de Saúde - mais caro, mais a inflação que é embutida anualmente em todas essas tarifas, em todos esses serviços que a população precisa se utilizar, esses são repassados anualmente, porém o governo Geraldo Alckmin e os governos do PSDB aqui no estado de São Paulo, simplesmente ignoram a inflação e não dão reajustes para as categorias de servidores, o que é extremamente ruim, difícil para as pessoas, vai precarizando o serviço público, vai fazendo com que as pessoas tenham mais dificuldades para conseguir trabalhar em benefício da população paulista.

Portanto, é importante que alguns números, alguns dados, algumas informações sejam passadas para que todos nós saibamos disso.

Por exemplo, os servidores da Segurança Pública estão com mais de 20% de defasagem no seu salário. Os servidores da Educação - já considerando o reajuste que vai ser dado agora - mesmo considerando os sete porcento que vocês professores terão, vocês ainda carregam mais de 17% de perdas salariais. Mais ainda, os servidores da Saúde têm mais de 29% de perdas salariais, os servidores pesquisadores, mais de 40% de defasagem nos seus salários. E tem um dado muito interessante aqui nesse documento que a nossa bancada recebeu da nossa assessoria que é o seguinte: em 2017 o Governo promoveu um arrocho no funcionalismo, visto que a despesa caiu muito, aproximadamente quatro bilhões de reais. Isso porque a des-